



Flávio planeja mudar a Constituição

Candidato à Presidência diz que usará maioria no Congresso para alterar a Carta Magna, mas não dá detalhes sobre o que pretende modificar. Senador recebe apoio de Caiado, do PP e do União Brasil para o embate de segundo turno contra Lula

» LUÍZA ALTOÉ
Enviada Especial

Goiânia — O candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro (PL), ressaltou a expressiva eleição de parlamentares de direita, no domingo, e, sem dar detalhes, disse que usará essa maioria no Congresso para mudar a Constituição. Também falou em colocar aliados na Presidência do Senado e da Câmara. As declarações ocorreram em Goiânia, onde ele recebeu apoio do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), derrotado na corrida pelo Palácio do Planalto. O senador também garantiu, ontem, o respaldo do PP e do União Brasil para a disputa do segundo turno contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“O Brasil já me deu um Congresso muito mais à direita do que ele é hoje, com maioria no Senado para fazer o presidente do Senado, com maioria na Câmara para fazer o presidente da Câmara. Para a gente mudar a Constituição, redemocratizar este país, para as instituições voltarem a respeitar a Constituição”, enfatizou.

O partido de Flávio elegeu 121 deputados federais neste pleito. Para o Senado, foram 19 — a bancada chegará a 28, somando os que estão com mandato atualmente.

Apesar de Flávio não mencionar seu coordenador de campanha, senador Rogério Marinho (PL-RN), políticos presentes ao evento tomaram como certa a indicação dele para à Presidência do Senado. “Marinho estará, sem dúvida, assumindo a Presidência do Senado. Está pronto para fazer as mudanças que o Brasil clama”, disse Caiado.

A campanha avançou, ontem, nas alianças com o Centrão. Além do apoio de Caiado, a federação formada pelo União Brasil e pelo Progressistas (PP) anunciou que estará com o presidencial — a oficialização está prevista para hoje. Na segunda-feira, o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), derrotado na disputa pela Presidência, também fechou com o senador.

A mudança de posicionamento dos partidos ocorre após Flávio ter vencido a disputa no primeiro turno, alcançando 47,03% dos votos, contra 45,16% de Lula. Antes da primeira etapa do pleito, quando o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em Goiânia, Caiado oficializou apoio a Flávio. Apoiadores gritaram “ministro” para ex-governador, mas presidencial não prometeu cargo



O Brasil já me deu um Congresso muito mais à direita do que ele é hoje, com maioria no Senado para fazer o presidente do Senado, com maioria na Câmara para fazer o presidente da Câmara. Para a gente mudar a Constituição, redemocratizar este país, para as instituições voltarem a respeitar a Constituição”

Flávio Bolsonaro,
presidencial do PL

petista aparecia na liderança nas pesquisas, União e PP optaram por se manter neutros e não prejudicar os palanques estaduais.

Flávio também recebeu apoio do atual governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), e de prefeitos e parlamentares eleitos na região. No evento em Goiânia, esteve também o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Ao declarar apoio ao presidencial, Caiado prometeu que entrará de “corpo inteiro” na campanha, para que o estado garanta a maior vitória do candidato neste segundo turno. “Proporcionalmente, Goiás vai dar maior vitória a Flávio Bolsonaro nesta eleição. Mobilização vai ser em tempo integral (...) Eu queria ser presidente, você ganhou e está no segundo turno. Eu vou entrar com você de corpo inteiro”, comprometeu-se.

O partido de Caiado, no entanto, optou pela neutralidade nesta reta final de eleição. Em nota, no domingo, após a apuração das urnas, o PSD anunciou que não apoiaria nenhum dos presidenciais e

liberou os diretórios estaduais para privilegiarem suas alianças locais.

Vilela fez discurso semelhante ao de Caiado. Disse ter convicção de que “chegou ao fim a era do PT” e prometeu atuar na campanha do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Saiba que esse grupo estará de corpo e alma dedicado ao seu lado nas próximas semanas para ampliar sua votação no estado”, destacou.

Caiado terminou o primeiro turno em quinto lugar, com 2,18% dos votos, mas teve desempenho mais expressivo em Goiás, seu reduto político. No estado, recebeu 12,33% dos votos, enquanto Flávio chegou a 53,60%, contra 31,06% de Lula.

“Ministro”

Tarcísio também discursou e afirmou que “fará de tudo” para aumentar os votos a Flávio em São Paulo. Além de participar de agendas eleitorais, ele tem atuado nas conversas com partidos e lideranças que ainda precisam definir posição no segundo turno. “Eleitores de Caiado e Flávio unidos no Brasil inteiro para

derrotar o PT”, ressaltou.

Aos gritos, apoiadores na plateia pediram que Flávio anunciasse Caiado como seu ministro da Segurança Pública. Flávio, Caiado e Vilela responderam com cautela, sinalizando que essa não foi uma condição para o apoio. “Nosso grupo político não trabalha dessa forma, estamos aqui por convicção”, disse Vilela. “Esse apoio é mais que política, é sentimental. Temos vários pontos convergentes”, acrescentou o presidencial.

Flávio defendeu um combate duro contra o crime organizado e prometeu a construção de meio milhão de presídios e aumento de pena de faccionados, que pretende declarar como terroristas. “Se tem uma coisa que vamos fazer é arregaçar com vagabundo”, frisou. Ainda prometeu “tesouraria nos direitos de vagabundos”, redução da maioridade penal e punições para agressores de mulheres.

Ele pediu que a população se mantenha mobilizada. “Não deixem de ir votar no dia 25. Vamos vencer com um placar histórico.”

Acusação é arquivada

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento de um pedido de investigação, por suspeita de estupro e suborno, contra o deputado Alfredo Gaspar (PL-AL), vice da chapa à Presidência da República do senador Flávio Bolsonaro (PL).

A decisão atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que não encontrou elementos que justificassem uma investigação.

Uma acusação de estupro contra Alfredo Gaspar foi feita pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e pela senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) durante a sessão de encerramento da CPMI do INSS, no Congresso.

Gaspar era o relator da comissão e, no relatório final, pediu o indiciamento de mais de 200 pessoas. Entre elas, o do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Fábio Luís da Silva, o Lulinha. Parlamentares da base governista apresentaram uma notícia de fato à Polícia Federal pedindo a abertura de inquérito contra Gaspar.

O deputado sempre negou as acusações e disse que era alvo de denúncia caluniosa por parte dos parlamentares. Ele se colocou à disposição para prestar os depoimentos e fazer os exames necessários para comprovar sua versão.

Estupro de vulnerável

Os parlamentares afirmam que Gaspar teria cometido estupro de vulnerável contra uma menor de idade e que uma criança teria nascido por causa do ato violento. Eles não detalharam a denúncia feita publicamente e disseram que “informações complementares” foram apresentadas à polícia.

Após ser escolhido como vice de Flávio, Gaspar chegou a fazer um apelo para ser submetido a exame o quanto antes. “Estou implorando, façam o exame de DNA, a prova científica”, afirmou, em conversa com jornalistas

Gilmar enaltece a Carta Magna

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), enfatizou, ontem, a importância da Constituição Federal de 1988 para a consolidação da democracia brasileira.

Em publicação nas redes sociais, para marcar os 38 anos da promulgação da Carta Magna, o magistrado ressaltou os avanços sociais alcançados nas últimas décadas e afirmou que o Supremo teve papel decisivo na efetivação de direitos previstos no texto constitucional.

Segundo Gilmar, decisões da Corte contribuíram para transformar garantias previstas na Constituição em direitos concretos para a população. O ministro afirmou que a atuação do STF foi especialmente

relevante para grupos que, historicamente, ficaram à margem da proteção do Estado. “Nessas quase quatro décadas, o Supremo também foi decisivo para densificar os direitos assegurados pela Constituição”, escreveu.

Conforme frisou o decano, a Constituição de 1988 estabeleceu um amplo conjunto de direitos fundamentais e marcou o encerramento de 21 anos de ditadura militar. Elaborada ao longo de 20 meses por 559 constituintes, a Carta ficou conhecida como “Constituição Cidadã” e passou a estabelecer as bases institucionais da democracia brasileira.

Gilmar também relacionou o texto constitucional a mudanças econômicas e sociais ocorridas no país. Ele citou o fim de monopólios

estatais, as privatizações e a criação de condições para o Plano Real. Segundo o ministro, a estabilização da moeda contribuiu para proteger a renda da população mais pobre e abriu caminho para um ciclo de inclusão social.

O ministro ainda mencionou decisões do STF relacionadas à saúde, à educação e à proteção das mulheres. Entre os exemplos, citou a validação da Lei Maria da Penha, o afastamento da tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio e o entendimento de que a vida pregressa da vítima não deve ser utilizada contra ela em processos por violência sexual.

Gilmar afirmou que a democracia brasileira permanece fortalecida mesmo diante de períodos de instabilidade institucional.

Gustavo Moreno/STF



Gilmar Mendes: “Celebremos os 38 anos da Constituição Cidadã”



Nem mesmo os momentos de turbulência comprometeram a força normativa da Constituição na promoção de direitos e no incremento da cidadania”

Gilmar Mendes,
decano do STF